



Graduação  Pós-Graduação  
 Artigo completo  Relato de prática  Resumo expandido

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES: análise preliminar no município de Parauapebas-PA**

**Ana Karla Severo Costa**  
Universidade Federal Rural da Amazônia  
karlasevero021@gmail.com

**Hillary Hyulle da Silva Meneses**  
Universidade Federal Rural da Amazônia  
hillary.hyulle2016@gmail.com

**Leonardo Petrilli**  
Universidade Federal Rural da Amazônia  
leonardo.petrilli@ufra.edu.br

**Josilene Ferreira Mendes**  
Universidade Federal Rural da Amazônia  
josilene.mendes@ufra.edu.br

**Denize Valéria Santos Baia**  
Universidade Federal Rural da Amazônia  
denize.baia@ufra.edu.br

**Juliana Fernanda Monteiro de Souza**  
Universidade Federal Rural da Amazônia  
juliana.souza@ufra.edu.br

**RESUMO**

As políticas públicas de gênero, especialmente as voltadas à qualificação profissional, têm sido fundamentais para promover a inclusão social e a redução das desigualdades entre homens e mulheres no Brasil. Neste contexto, a pesquisa analisa as políticas públicas voltadas à qualificação profissional das mulheres no município de Parauapebas, estado do Pará, com foco nas ações desenvolvidas desde a criação da Secretaria Municipal da Mulher em 2005. A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, com análise de conteúdo e observação participante, aliada à revisão bibliográfica e documental. O estudo revela a fragilidade institucional das políticas de gênero no município, caracterizada pela ausência de planejamento, baixa execução orçamentária, informalidade nos processos e carência de mecanismos de avaliação e monitoramento. Apesar da existência de programas e iniciativas voltadas à capacitação feminina, como os projetos “Biojoias” e “Empreendedorismo Feminino”, constata-se que tais ações carecem de continuidade, estrutura legal e articulação intersetorial efetiva.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; Mulheres; Políticas de Gênero; Parauapebas-PA.

## 1 INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços das mulheres em relação a luta por espaço no mercado de trabalho, principalmente em nichos considerados tradicionalmente ligado ao masculino, a persistência nos padrões socioculturais e discriminatórios enraizados na sociedade ainda persistem até os dias atuais, impondo barreiras extremamente significativas. Ainda que o Artigo 5º da Constituição Federal de 1988 assegure que homens e mulheres têm direitos iguais (Brasil, 1988).

Segundo Rodrigues (2023), ainda que a legislação brasileira tenha estabelecido a décadas a igualdade salarial entre os gêneros, há claramente uma enorme disparidade salarial que afeta de maneira significativa as mulheres. Essa situação afeta principalmente as mulheres que possuem maior qualificação acadêmica e que estão em cargos considerados decisivos.

A taxa de desemprego feminina chegou a 10,1%, enquanto a masculina permaneceu em 6,3%. Nos anos anteriores, essa desigualdade foi ainda mais acentuada, com 11,2% de desemprego entre mulheres em 2022, frente a 6,3% entre homens. Tais dados revelam a persistência da desigualdade de gênero no mercado de trabalho paraense, reforçando a urgência de políticas públicas que promovam equidade (OPAMET, 2024).

Em Parauapebas, município situado no sudeste do Pará e fortemente influenciado pela atividade mineradora, o cenário local repete essas disparidades. De acordo com o Censo de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade conta com 267.836 habitantes e apresenta equilíbrio demográfico entre homens (13.922) e mulheres (13.914). No entanto, esse equilíbrio não se reflete nas oportunidades (IBGE, 2022).

Dados da FAPESPA (2023) mostram que, naquele ano, 48.342 homens estavam empregados formalmente, contra apenas 20.782 mulheres. O estudo “Piores Cidades Para Ser Mulher” (Tewá 225, 2024) classificou Parauapebas-PA como a 5ª pior cidade do país para a vivência feminina, destacando a alta taxa de feminicídios e a desigualdade salarial.

A pesquisa envereda para uma investigação acerca das políticas públicas para mulheres no município de Parauapebas-PA, no sudeste do estado, fazendo uso de dados secundários e de entrevista com gestores. Os resultados revelam que políticas públicas para mulheres não foram priorizadas no município no período estudado, com Programas e Políticas descontinuados e orçamento pouco usado pela Secretaria Municipal da Mulher.

## 2 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Entre os levantamentos da pesquisa, o Quadro 1 demonstra que, mesmo que com recursos disponíveis, a secretaria executou menos da metade do orçamento previsto para o ano de 2024, revelando não apenas incapacidade administrativa, mas também baixa priorização na execução das políticas de gênero no planejamento governamental no município do estudo. O Quadro 1 demonstra o orçamento dedicado à Secretaria Municipal da Mulher e o empenho real.

Quadro 1 - Execução Orçamentária da SEMMU em 2024

Indicador	Valor (R\$)	Observação
Orçamento previsto	3.291.400,00	Valor autorizado na LOA para 2024
Orçamento executado	1.358.580,18	Valor efetivamente utilizado
Percentual de execução orçamentária	41,29%	Menos da metade do valor previsto foi utilizado

Fonte: Secretaria Municipal da Mulher – Relatório Anual de Gestão (2024).

O Quadro 02, a seguir, apresenta uma síntese das principais políticas e programas mapeados, indicando vinculação institucional identificação na pesquisa. O quadro evidencia a falta de clareza sobre a operacionalização de muitas iniciativas desenvolvidas pelo poder público do município. Em diversos casos não foi possível localizar dados atualizados sobre a execução dos programas listados, o que nos mostra ausência de monitoramento e transparência com as informações.

A intersetorialidade embora seja essencial para enfrentar a desigualdade de gênero, exige mais do que apenas compartilhamento de responsabilidade entre os órgãos, requer coordenação, metas integradas e fluxo constante de informação entre as pastas. Quando isso não acontece ocorre a situação em que as políticas e programas do município se encontram atualmente, o que se observa em Parauapebas é um acúmulo desarticulado de intenções desconectados da realidade institucional, orçamentaria e territorial do município. Como reforça Farah (2004), o desafio da política pública está menos na sua formulação discursiva e mais em sua execução concreta.

Apesar da extensa lista de programas e políticas anunciados pelo poder público municipal a favor das mulheres – muitos apresentados em materiais institucionais ou discursos oficiais – a investigação de campo indicou uma lacuna significativa entre o que é



formalmente divulgado e o que de fato está em execução. Tokarski et al (2023) chamam de “simbologia da política pública”, na qual ações são divulgadas como políticas efetivas, porém na prática, não contam com estrutura, avaliação ou continuidade.

Quadro 02 - Programas e políticas para mulheres anunciados e sua situação no município

<b>Categoria</b>	<b>Nome</b>	<b>Situação Identificada</b>	<b>Secretaria Responsável</b>
<b>Política</b>	Centro de Apoio à Mulher	Em funcionamento	SEMMU
<b>Política</b>	Abrigo para Mulheres	Não identificado na pesquisa	SEMMU / SEMAS
<b>Política</b>	Defensoria Pública Especializada para Mulheres	Não identificado como ação municipal direta	Defensoria Pública
<b>Programa</b>	Casa da Mulher	Parcialmente ativo (ações pontuais)	SEMMU (com apoio de outras secretarias)
<b>Programa</b>	Cidade Igualdade	Sem registros concretos de execução	Desconhecida / Multissetorial
<b>Programa</b>	Projeto Florindo o Mundo	Não identificado	Desconhecida / Multissetorial
<b>Programa</b>	Projeto Elas Podem Mais	Sem dados de execução em 2024	SEMMU
<b>Programa</b>	Projeto Biojoias	Ativo	SEMMU/SEDEN
<b>Programa</b>	Reinventar	Não identificado na pesquisa	SEMMU / SEMAS
<b>Programa</b>	45+	Sem informações disponíveis	SEMMU
<b>Programa</b>	Dignidade Menstrual	Sem registros em 2024	SEMED / SEMMU / SEMSA

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em documentos institucionais e entrevistas (2025).

Muitas políticas atribuídas a SEMMU são, na prática, iniciativa de outras secretárias ou dependem ativamente da intersetorialidade para acontecer, o que não é considerado um problema em si, mas evidencia a ausência de governança mais clara. Farah (2004) já advertia que a gestão pública brasileira tende a distribuir diferentes responsabilidades entre órgãos diferentes, vindo a diluir o foco das ações e comprometer os resultados quando não há coordenação efetiva.

### 3 CONCLUSÕES

A desigualdade de gênero em Parauapebas não é um acidente de gestão: insere-se numa trama patriarcal de longa duração que naturaliza a relegação das demandas das mulheres a segundo plano e determina prioridades orçamentárias e institucionais. Essa leitura estrutural ajuda a entender por que ações pontuais — por mais bem concebidas que sejam — esbarram numa resistência sistêmica que atravessa cultura, religião e política.

Ao mesmo tempo, os resultados deste estudo confirmam que os efeitos de políticas públicas não se explicam só por intenções ministeriais ou programas isolados, mas pela configuração conflituosa entre esferas de governo.

O estudo revela ainda fragilidade institucional das políticas de gênero no município, caracterizada pela ausência de planejamento, baixa execução orçamentária, informalidade nos processos e carência de mecanismos de avaliação e monitoramento. Apesar da existência de programas e iniciativas voltadas à capacitação feminina, como os projetos “Biojoias” e “Empreendedorismo Feminino”, constata-se que tais ações carecem de continuidade, estrutura legal e articulação intersetorial efetiva.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério das Mulheres; Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM 2025**. Brasília, DF: Ministério das Mulheres/OBIG, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/raseam-2025.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR). **Políticas públicas para as mulheres: conceitos e desafios. Brasília: SPM/PR, 2012**. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2012/politicas\\_publicas\\_mulheres](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2012/politicas_publicas_mulheres). Acesso em: 25 fev. 2025.

FAPESPA – Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisa do Pará. **Tabela 23: vínculos empregatícios total e por sexo no emprego formal 2023 – RI Carajás**. Disponível em: <https://fapespa.pa.gov.br/sistemas/radar2024/tabelas/4-carajas/tabela-23-vinculos-empregaticios-total-e-por-sexo-no-emprego-formal-2023-ri-carajas.htm>. Acesso em: 14 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Parauapebas**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/parauapebas.html>. Acesso em: 12 jan. 2025.

PREFEITURA DE PARAUAPEBAS. **Projeto de qualificação profissional “Florindo o Mundo” está com inscrições abertas**. Disponível em: <https://parauapebas.pa.gov.br/destaque/projeto-de-qualificacao-profissional-florindo-o-mundo-esta-com-inscricoes-abertas/>. Acesso em: 7 fev. 2025.

RODRIGUES, Fabiana Alves. **Barreiras à efetivação da igualdade salarial de gênero no Brasil**. Revista Estudos Feministas, v. 31, n. 1, e82532, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/FD9sRqs7L8PpsMYftwH6Bvw/>. Acesso em: 3 mar. 2025.